

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	I
ABSTRACT.....	III
AGRADECIMENTOS.....	V
DEDICATÓRIA.....	VII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	IX
LISTA DE SIGLAS.....	XI
ÍNDICE GERAL.....	XIII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XV
INTRODUÇÃO.....	1
I.....O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES ENTRE OS ESTADOS.....	5
1.1.....ÂMBITO DAS INICIATIVAS INTERNACIONAIS DE COMBATE À CONCORRÊNCIA FISCAL PREJUDICIAL E DEMAIS PRÁTICAS FISCAIS ABUSIVAS.....	5
1.2..... COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA E ASSISTÊNCIA MÚTUA EM MATÉRIA FISCAL.....	6
1.3..... TROCA NO PLANO INTERNACIONAL.....	7
II.....A TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS ENTRE OS ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA ..	11
2.1..... A TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS NA UNIÃO EUROPEIA.....	11
2.2..... A DIRETIVA DA POUPANÇA E BREVE REFERÊNCIA À SUA REVOGAÇÃO.....	11
2.2.1.....ALGUNS ESQUEMAS BÁSICOS SOBRE A TROCA DE INFORMAÇÕES	15
2.3..... DIRETIVAS COMUNITÁRIAS RELATIVAS À TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE OS ESTADOS.....	18
2.3.1.....PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	18
2.3.2.....INSTRUMENTOS COMUNITÁRIOS PARA A TROCA DE INFORMAÇÕES.....	19
2.3.3.....DIRETIVA 77/799/CEE DO CONSELHO	19
2.3.4.....DIRETIVA 2011/16/UE DO CONSELHO.....	23
2.4..... O REGIME JURÍDICO DA TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS.....	26
2.4.1..... ÂMBITO DA TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS.....	26
2.4.2..... OS PROCEDIMENTOS E AS MODALIDADES DE TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS	27
2.4.2.1..... TROCA DE INFORMAÇÕES A PEDIDO	27
2.4.2.2..... A TROCA DE INFORMAÇÕES AUTOMÁTICA	28
2.4.2.3..... TROCA ESPONTÂNEA DE INFORMAÇÕES	45
2.4.3..... OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA	47
2.4.3.1..... A PRESENÇA DE FUNCIONÁRIOS DE UM ESTADO MEMBRO NO TERRITÓRIO DE OUTRO ESTADO	47
2.4.3.2..... OS CONTROLOS FISCAIS SIMULTÂNEOS	48
2.4.3.3..... O PEDIDO DE NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	49
2.4.3.4..... O RETORNO DE INFORMAÇÃO	49
2.4.3.5..... A PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS.....	50
2.4.4..... OS PROCEDIMENTOS DE TROCA DE INFORMAÇÕES	50
III.....A TRANSPOSIÇÃO DAS DIRETIVAS PARA O ORDENAMENTO NACIONAL.....	53
3.1.....INSTRUMENTOS QUE DETERMINAM E REGULAM A TROCA AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS.....	53
3.1.1..... O DECRETO-LEI N.º 61/2013, DE 10 DE MAIO REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 64/2016, DE 11 DE OUTUBRO	53
3.1.1.1..... TROCA AUTOMÁTICA E OBRIGATÓRIA DE INFORMAÇÕES RESPEITANTE AOS TIPOS DE RENDIMENTOS E DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS MENCIONADOS NO N.º 1 DO ARTIGO 6.º:	54
3.1.1.2..... A TROCA OBRIGATÓRIA E AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÕES DETIDAS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS REPORTANTES RELATIVAS AOS ELEMENTOS CONSTANTES DOS N.ºS 3, 4 E 5:	55
3.1.2.....DECRETO-LEI N.º 64/2016, DE 11 DE OUTUBRO	58

3.1.3.....LEI N.º 98/2017, DE 24 DE AGOSTO, QUE ALTERA O DECRETO LEI 61/2013, DE 10 DE MAIO, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DECRETO LEI 64/2016, DE 11 DE OUTUBRO.....	59
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67